

Hellen Cristina Picanço Simas¹Laura Belém Pereira²

DORIGNY, Marcel: **As Abolições da Escravatura:** no Brasil e no Mundo./ Marcel Dorigny; tradução de Cristian Macedo e Patrícia Reuillard- São Paulo: Contexto, 2019. 160 p.

Credenciais do autor: Marcel Dorigny é um historiador e atua no departamento de História da Universidade Paris-VIII. É membro do comitê pour la Mémoire de l'Esclavage, diretor da revista *Dix-Huitième Siècle* e presidente da Association pour l'Étude de la Colonisation Européenne (1750-1850). Escreveu diversos livros sobre a abolição da escravatura. Em *As Abolições da Escravatura no Brasil e no Mundo*, Marcel Dorigny destaca, como ponto central, os movimentos abolicionistas escravocratas, nos trazendo uma visão dos conflitos durante esse longo processo, sobre a ótica da história mundial.

Organização da obra: A obra resenhada contém 160 páginas e encontra-se organizada em seções e subseções. Na primeira seção, o autor aborda as resistências à escravidão; na segunda seção, discute as contestações ao tráfico e à escravidão; na terceira seção, trata do surgimento e a expansão do movimento abolicionista; na quarta seção, relata a primeira abolição da escravatura situada no período de 1789 a 1804; na quinta seção, narra as abolições do XIX; na sexta seção, trata das questões da indenização dos proprietários de escravos e, por fim, na sétima e última seção, Dorigny aborda o futuro das sociedades pós-escravagistas.

Síntese da obra: O autor inicia a obra falando do primeiro navio a levar escravos africanos a São Domingos no ano de 1.503. Dorigny destaca as várias formas de resistência à escravidão nas sociedades coloniais, tais como: a recusa ao trabalho ou o desleixo na execução dele; envenenamento dos animais ou dos próprios senhores com plantas venenosas, pois todas as tarefas domésticas ficavam a cargo dos escravos da casa. Essa forma de resistência era um temor constante por parte dos senhores e de suas

¹ Professora Adjunto 4 da Universidade Federal do Amazonas. Membro do programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM. Líder do Núcleo de Estudos da Linguagem - NEL-Amazônia

² Aluna do mestrado em Educação da Universidade Federal do Amazonas

famílias, tornando-se uma verdadeira psicose nesse período, levando a castigos extremos os suspeitos de envenenar a comida ou a água do poço.

A obra deixa claro que nenhuma rebelião conseguiu destruir a escravidão, apesar de todas as formas de resistência dos escravos, da frequência e da intensidade, todas as rebeliões foram vencidas, reprimidas, e seus líderes impiedosamente massacrados ou julgados de forma expeditiva, exceto a rebelião de São Domingos no Haiti, entre os anos de 1791 e 1803, que impôs inicialmente a abolição e, depois, a independência.

Dentre os principais líderes negros, destacam-se: Makandal em São Domingos, Nat Turner na Virgínia, Boukman também em São Domingos, no ano de 1791. Segundo o autor, estes líderes ficaram na memória como figuras míticas, encarnações de heróis libertadores, mas, no final, sempre vencidos pelo sistema escravista.

No livro são apresentadas as contestações ao tráfico e à escravidão, diferenciando os antiescravistas dos abolicionistas. Os antiescravistas limitam sua ação a uma condenação moral da escravidão, que podia ser religiosa, ética ou econômica, mas não previa soluções, nem modalidades de trabalhos para uma sociedade escravista livre, já o abolicionismo era um ato político e previa uma modalidade concreta de abolição e, até mesmo, o tipo de sociedade que se criaria uma vez findada a escravidão.

Várias foram as divergências entre os abolicionistas sobre o fim da escravidão, porém estes compartilhavam um projeto comum: para eles, uma sociedade colonial, sem escravos, era não somente possível como era também desejável; essa era a única maneira de manter as colônias existentes e também de criar novas. Assim, o leque de abolicionistas ia dos radicais, que jugavam se deveria abolir a escravidão de uma só vez, dos gradualistas que pensavam que se aboliria, necessariamente, por etapas e os que jugavam que a escravidão se extinguiria sozinha graças às medidas tomadas. Imaginando, assim, um fim para a escravidão por extinção, sem choques, sem violência e evitando todo o decreto da escravidão.

O surgimento de um pensamento antiescravista, no século XVIII, foi considerado uma ruptura histórica, pela primeira vez na história da humanidade, desenvolveu-se uma reflexão filosófica, ética ou religiosa, baseada na afirmação de espécie humana, que levava a uma condenação do próprio princípio da existência da escravidão, que era praticada por todas as sociedades humanas e nunca havia sido condenada. O novo pensamento do século XVIII avançou nos anos de 1750 e convergiu com a posição dos filósofos para condenar a escravidão, os liberais afirmavam que a

escavidão era uma forma de trabalho ultrapassada, arcaica e pouco produtiva. Esse raciocínio econômico conhecido hoje desenvolveu-se no século XIX, mas suas primeiras formulações vêm dos meios fisiocráticos do final dos anos 1750, de autores como Dupont de Nemours, do marquês de Mirabeau, do abade Baudeau ou de seus sucessores imediatos, como Turgot e Condorcet, para quem o antiescravismo era um direito natural, pois condenavam a irracionalidade econômica da escravidão e, sobretudo, o tráfico. Essa lógica produtivista os levava a exigir o fim da escravidão por etapas, mas num horizonte próximo.

A obra destaca o surgimento e a expansão do movimento abolicionista, trazendo um resumo do processo que levou a abolição da escravatura. Na década de 1770, graças a uma mudança parcial do sistema geracional e ao novo contexto criado pela revolução Americana, operou-se uma virada maior no processo de abolição da escravatura. A nova geração nascida entre os anos de 1740 e 1750 tentou escrever como sair ou, pelo menos, prever as consequências do fim almejado da escravidão colonial. O texto de Mercier mostrava que o fim da escravidão podia se dar por meio de uma revolta destinada a destruir o sistema, era a primeira vez que se publicava um texto na Europa que afirmava que o sistema de escravidão terminaria com o massacre dos brancos. A obra de Mercier e de Diderot-Raynal são dois exemplos de textos que mostram que o fim da escravidão se daria pela violência da revolta e não por uma série de reformas que abrissem caminhos para uma extinção pacífica.

Os textos citados desencadearam uma grande polêmica e também perseguições aos seus autores, que foram objetos de ódio e de rancor nos meios coloniais, acusados de querer a extinção das colônias e o massacre dos colonos. Porém, ao contrário do que pensavam os coloniais, os textos eram um alerta aos dirigentes políticos e as classes sociais, não eram textos destinados aos escravos, pois eles não sabiam ler.

No século XVIII, surgiram muitas sociedades antiescravistas em países como: França, Inglaterra e Filadélfia. Essas sociedades antiescravistas se tornaram abolicionistas, mas nenhuma delas considerava uma abolição imediata, a ilusão de uma extinção da escravidão foi uma das grandes utopias do final do século das luzes e início do século XIX.

A obra em estudo trata ainda do tráfico negreiro destinado ao Brasil, o qual era feito exclusivamente por Portugal e foi o maior de todo o Atlântico, tendo recebido mais

de 4 milhões de negros africanos, sendo as principais áreas de recrutamento a Angola, Golfo da Guiné e Moçambique, na costa leste da África.

Dorigny destaca, em sua obra, os vários conflitos ocorridos durante o longo processo da abolição da escravatura, sendo que a primeira parte desses conflitos ocorreu entre os anos de 1789 e 1804, assim como o seu fracasso de abolição do tráfico. As colônias viam na abolição uma ameaça ao comércio colonial e se mobilizaram em uma campanha em que recolheram 14 mil assinaturas, fazendo o projeto de Lei de Wilberforce ser rejeitado, adiando para um futuro distante qualquer discussão sobre essa questão.

Após o fracasso da abolição em Londres, a Sociedade dos Amigos dos Negros de Paris confiou a Mirabeau, deputado na Assembleia Constituinte, a missão de preparar um discurso contra o tráfico negreiro com o objetivo de obter o voto solene de uma lei de abolição de todo o comércio de seres humanos. O discurso nunca chegou a ser lido na tribuna da Assembleia Nacional, pois as colônias contavam com o apoio dos poderosos na Assembleia, que conseguiram bloquear a pauta e impedir que Mirabeau subisse a tribuna. Somente em 1793, o deputado Grégoire propôs uma medida solicitando que as comissões concedidas até o momento pelo tráfico dos escravos, fossem suprimidas desde já, o que foi decretado pela convenção.

O debate colonial logo girou sobre os *status* das pessoas que viviam nas colônias: os livres de cor, mestiços e negros libertos. Logo veio a rebelião em São Domingos, mal organizados e com poucas armas, logo foram derrotados e seus líderes massacrados. A violenta repressão cavou um abismo entre as duas categorias de libertos das colônias, que encontrou um terreno favorável nessa divisão entre as duas categorias de proprietários de escravos. Mesmo não tendo sido a causa da revolta, a divisão contribuiu para sua vitória, sobre a pressão dos amigos dos negros. A Assembleia criou uma política para aproximar brancos e livres de cor, o decreto de 4 de abril de 1791 concedeu os direitos políticos aos livres de cor, que assim se tornavam verdadeiros cidadãos ignorando os colonos brancos que se opuseram a lei.

Desse modo, a assembleia enviou três comissários civis a São Domingos, em meio a um conflito de três frentes: a revolta dos escravos, a oposição dos colonos ao decreto de 4 de abril e a guerra contra os espanhóis e os ingleses, que ameaçavam a própria existência da colônia francesa. A tripla conjuntura explica a decisão dos comissários civis de proclamar a abolição sem compensação para os proprietários de

escravos. Em 29 de agosto de 1793, Sonthonax anunciou na capital francesa, que, a partir daquele momento, não havia mais escravos.

A obra nos apresenta os principais pretextos dos senhores e dos mercadores para sustentar a escravidão, além de nos trazer um resumo detalhado sobre o longo processo da abolição, que durou até o século XIX, deixando claro para os leitores que a Revolução Francesa é considerada atípica para o fim da escravidão, devido ao caráter surreal e ao radicalismo da abolição.

O congresso de Viena foi considerado o momento-chave do dispositivo internacional contra a luta do tráfico, nele se reuniram as diversas potências e, finalmente, tomaram a decisão universal contra o tráfico de seres humanos em 18 de fevereiro de 1815, quando assinaram o Tratado de Paris, datado de 30 de maio de 1814. A aplicação da proibição do tráfico foi longa e complexa, tendo como auge histórico o ano de 1829, quando, somente neste ano, 110 mil cativos foram transportados nos navios negreiros, ou seja, somente 14 anos após a assinatura do tratado de Viena a proibição efetivou-se.

Os principais destinos do tráfico ilegal eram o Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos. Vários países ainda mantiveram o tráfico ilegal, sendo o Brasil o último país a abolir a escravidão, depois da pressão inglesa em 1831, foi tomada a primeira medida, uma lei foi votada, que vetava a introdução de novos escravos no país, mas essa lei não foi aplicada, após várias etapas e tentativas de abolir a escravidão, somente em 1888 a Lei Áurea assinada pela princesa Isabel, pôs fim a escravidão no Brasil.

O autor Marcel Dorigny finaliza o livro, evidenciando que almejou restituir tanto quanto possível, os conflitos que surgiram em quase um século de movimentos abolicionistas e que a destruição da escravidão colonial, abriu caminho para novas sociedades que buscaram uma via inédita de desenvolvimento pós-escravagistas, onde os princípios de liberdade e igualdade foram ajustados visando manter os esquemas fundamentais implementados há muitos séculos: a produção e exportação dos famosos produtos coloniais, caros à Europa.

Quadro de referências do autor: A referida obra foi construída a partir de literaturas renovadas nos últimos 20 anos, em países como França, Estados Unidos e Grã-Bretanha, constituídas a partir de inúmeras publicações científicas destinadas ao público universitário, bem como das múltiplas produções para o cinema ou televisão, por apresentarem, várias dimensões que abordam o fim da escravidão a partir dos

movimentos abolicionistas nas Américas. Entre as principais referências teóricas utilizadas pelo autor destacam-se os estudos de Bénot (2000), Grenouilleau (2005), Pago (1998), Danon (2015), Chivallon (2012) e Faloope (1992). A obra *As Abolições da Escravatura no Brasil e no Mundo* foi traduzida no Brasil por Cristian Macedo e Patrícia Reuillard no ano de 2019.

Reflexões críticas sobre a obra resenhada: A obra de Marcel Dorgny “*As Abolições da Escravatura no Brasil e no Mundo*” nos remete a um passado dos negros africanos, evidenciando as várias formas de resistência desde o momento do aprisionamento, bem como detalha a forma como os negros eram tratados, evidenciando a desigualdade de direitos entre a sociedade colonial, que via o negro apenas como um objeto a ser utilizado nos trabalhos da colônia, não como seres humanos com identidade, cultura e capacidade para pensar e tomar suas próprias decisões. O longo processo de abolição à escravidão nos diversos países do mundo era, de um lado, os negros escravizados lutando pelo direito à liberdade e à igualdade de direitos, enquanto, do outro lado, os colonos brancos lutavam contra a abolição, apontando como argumento o impacto que a liberdade dos negros traria a economia. Eles mantiveram o tráfico clandestino por vários anos, descumprindo leis votadas em seus países e o Tratado de Paris assinado em Viena.

Assim, esta obra é bastante significativa, pois nos ajuda a entender que a escravidão não foi abolida em sua totalidade, mas continua se apresentando de outras maneiras na contemporaneidade, especificamente sob a forma do racismo, marcas da herança colonial que concebeu o negro apenas como mão de obra a ser explorada; ou seja apenas como força de trabalho em detrimento do capital.

Indicação do resenhista: Este livro é indicado, principalmente, para estudantes de História, Sociologia, Letras e também para qualquer profissional cujo interesse seja conhecer melhor a história da escravidão dos negros africanos nas diversas potências mundiais, pois a obra descreve em detalhes as diversas fases e os conflitos do processo abolicionista no mundo e o porquê de a escravidão ter durado muito tempo no Brasil. Dessa forma, a referida obra serve também como ponto de partida para novas pesquisas e novas reflexões sobre o processo histórico do fenômeno escravista em vários países e suas implicações na atual conjuntura social.